

Antiquitvs

(Continuação d-O Arch. Port., XXI, 195)

XIII

Ara romana na Ponte da Póvoa

Muitas e muitas páginas da mais recuada história de Lisboa e suas cercanias estão ainda por escrever. É o pensamento que sobrevêm aos que, para saciar a sua paixão antiquária, se desterram da cidade durante algumas horas de lazer, e depois regressam aos seus prosaicos lares de aluguer.

Não se dão quatro passadas na periferia da capital, sem se encontrar como que o rasto da passagem de predecessores nossos, outrora atraídos, mais fatalmente talvez do que hoje o seriam, às margens de um grande estuário.

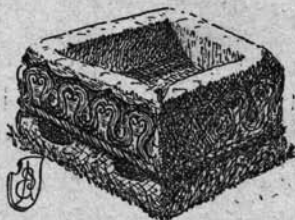
É patriótica generosidade recolher os ecos, ainda papeantes, da voz d'esses longínquos antepassados.

*

Acode-me agora a lembrança de uma antiqualha que, há alguns anos, enxerguei em uma excursão pela Ameixoeira (o vício é inveterado) e de que ainda não dei notícia alguma¹.

Quem descer a calçada de Carriche e enveredar pela estrada da Póvoa, antes de entrar à ponte, repare em uma pia quadrilátera de pedra lioz, que lhe jaz à mão direita, encostada à parede de uma casa humilde.

Uma pia?! Ora que valerá semelhante traste, a não ser para os cansados animazinhos que aí se dessedentam nos dias caniculares!... Mas observe-a o transeúnte demoradamente, com aquela insistência minuciosa que, em outros ensejos, poderá ter-lhe valido, pela indiscreta curiosidade, alguma reprimenda feminina. E ver-lhe há logo



Ara romana

¹ Estas notas do *Antiquitvs*, cujo intuito é bradar pelas antiguidades e popularizar o seu interêsse, contrabalançam o reconhecido desvalimento do seu autor com um qualificativo, que os leitores do *Diário de Notícias* bem merecem do esforço sincero que elas traduzem: é o de se tratarem aqui, quasi sempre, factos inéditos da nossa arqueologia.

desenharem-se, nas superfícies laterais, uns labores de singular estilo, se bem que encrustados de vil lama. Adivinhará então, sem grande esforço de perspicácia, que o mármore escavado em forma de pia se encontra invertido e meio soterrado, de maneira que a parte lavrada e culminante deve estar quasi toda oculta debaixo da terra. Esgaravate em redor, com a ponteira da bengala, sem ofender os relêvos do monumento e, se tiver leves noções de antiguidades romanas, poderá logo presumir que o tal calhau, lamentavelmente aplicado a uma utilização sacrilega, é a parte superior de uma *ara romana* (fig. 1). E medindo-a, verá que as suas dimensões, em planta quadrangular, são $0,73 \times 0,72$. Foi o que eu fiz.

Estes altares do culto pagão eram sobrepujados por vários ornamentos, dos quais os de maior caracterização architectónica eram dois balaústres, que recordam os dos capitéis jónicos. Lobrigam-se mal, à conta da lama acumulada, os da ara da Ponte da Póvoa; lá estão todavia.

*

¿ Como veio ali parar aquele monumento, revelador da existência de edificios romanos, hoje ignotos, mas decerto não muito afastados do local? Vamos inquirir os moradores da humilde casa. Surge-nos um bom velho, faces tingidas de saúde; a pele, delgada membrana que lhe forra a ossatura; é vaqueiro e mora naquela mesma casinha há uns setenta anos; quando para ali veio já encontrou a pedra da pia no mesmo sitio e com a mesma applicação! Não lhe quiere tocar, nem mexer; não a cede, nem a vende por preço algum; também na horta, por trás da casa em que assiste, existem duas árvores do mesmo tempo e, do mesmo modo, não consentiria que alguém lhas arrancasse. É uma tríada, a que tem ligada, como que em seguro, a sua vida octagenária.

*

Antes de procurar a solução do problema, caracterizarei ainda certas circunstâncias interessantes do local. Na parede, a que se encosta a ara, vê-se uma fendazinha como as que, pelas nossas aldeias, se subpõem aos ediculos dos santos e, logo por cima, o revestimento da parede está escalavrado em uma zona, aparentemente circular. Era o lugar de um dos muitos painéis de azulejo, que esmaltavam artística e alegremente as paredes portuguesas, sobretudo dos sécs. XVII e XVIII. O Sr. José Maria Ribeiro, tal é o chamadoiro do rijo octa-

genário, elucidou-me de que o rapazio endemoninhado tinha, à pedra, destruído um painel de S. Pedro, que ali houvera, com a data de 1700 e tantos; lembrava-se êle bem.

O interêsse etnográfico do conjunto não fica por aqui. Ao lado da pia, abre-se na parede da habitação uma porta, que um nicho vazio sobrepuja. Cimeiro ao edículo, um singelo braço de ferro, graciosamente rematado por um ornato cordiforme, prolonga-se perpendicular à parede, mas já não suspende uma lâmpada, que o vento baloiçaria. A luzinha... apagou-se já; o habitador do edículo, um S. Pedro em vulto, refugiou-se à hospitalidade da filha do velho vaqueiro; na fendazinha da parede já não deslizam, chocalhando no mealheiro, os óbulos, para a griseta... Emudecera assim uma página de etnografia e de boa arte portuguesa! *Parce eis.*

*

O estudioso, que tenha podido pôr-se em contacto com aspectos da cristianização de factos e fórmulas pagãs da nossa existência antiga, perguntará a si mesmo se é puramente fortuita a coincidência de estar ali no solo, em serventia humilde, uma ara do culto pagão e, sobranceiro a ela, um pregão do cristianismo, no painel azulejado do príncipe dos apóstolos...

No cume dos *castros* portugueses, muitas vezes uma ermidazinha pobre alveja; que é ela? A sucessora calculada e prudente do primitivo *fanum* pagão, onde as populações romanizadas sacrificavam e onde ainda acorriam numa romagem irreprimível, depois que trocaram os padrastrós inacessíveis das montanhas pela paz das várzeas cultivadas.

Debaixo do altar-mor de uma igreja rural das margens do rio Lima apareceu, há anos, uma ara lusitano-romana, consagrada a um «Génio» indígena, de que dei demorada notícia em outra parte. No interior das paredes de mais que um santuário dos campos, tem-se encontrado monumentos pagãos, que denunciam a substituição intencional de um culto por outro no mesmo lugar; poderia citá-los concretamente no norte do país. Quási cada uma das pedras da igreja de S. Miguel de Terena, no Alandroal, era ou uma lápide votiva a um deus lusitano da saúde ou um «ex-voto» de pedra, como aquele que representa, em alto relêvo, um hemiplégico, que se considerou miraculado pelo omnipotente favor do nume etónico. É uma lei etnográfica, verificada no facto de que a sucessão dos dois cultos não se afasta muito dos mesmos fôcos.

Teria sucedido modestamente aqui, junto da Ponte da Póvoa, um fenómeno análogo? S. Pedro é venerado nas igrejas cunvizinhas da Ameixoeira e do Lumiar.

*

A porta, de que falei acima, dá para um poço à direita, com seu parapeito vincado pela cadeia de ferro, que desce ao fundo, ligada ao balde de tirar água. Ao lado esquerdo, um elevado poial, com uma cavidade no alto, serve de descanso ao caldeiro.

Êste espaço, onde apenas cabe a pessoa que maneja o recipiente, é protegido pelo mesmo telhado da habitação. É claro que a pia exterior e cavada na ara antiga, tem no poço o complemento da sua serventia, isto é, a água que a enche quando se torna precisa.

*

Êste conjunto, eminentemente pitoresco, tinha poesia e tinha arte. Digam-me os leitores se ao pintor, que viva entaliscado nalgum escaninho dessas grandes caixas esburacadas de Lisboa, chamadas prédios urbanos, é necessário buscar muito longe inspirações para quadros de carácter português! Neste típico recanto saloio, encontrava êle um digno de se pôr a prêmio! Ao entardecer de dia estival, anafado almocreve detêm-se junto da ara clássica, que serve de bebedouro para refrescar a cavalgadura sequiosa. No fundo da composição, a amarelecida parede, esmaltada de um painel de azulejo com sua cercadura recortada; ao lado a porta do poço e, sobre a vêrga, o edículo com sua imagem, que uma lanterna, pendente do ferro em volutas, de noite alumiará. Já o azemel, afogueado da caminhada, lançou ao poço o caldeiro e o iça, enquanto o animal, defronte da pedra antiga, inquieto, espera o baque da água... fria no verão, quente no inverno, segundo é fama no sítio.

Êste seria o quadro do pintor: o do antiquário não está completo; portanto prosseguirei, depois de um necessário compasso de silêncio.

XIV

A ara da Ponte da Póvoa

A actual habitação do vaqueiro é um edificio, que foi começado a construir com planos de certo conforto; ficou porém incompleto. Entrando ao casal, vê-se à mão esquerda uma escada de farta cantaria em briga com a penúria da actual construção. Um relójo de

sol, de quadrante com forma rectangular, sobre o qual ainda se inclina a meridiana de bronze, é um dos indícios de passada abundância. Na horta, conserva-se uma mesa de pedra, à qual servem de suportes três antigos capitéis invertidos. São oitavados, lisos; os ábacos são quadrados e a transição do tambor para o ábaco faz-se por meio de chanfros com volutas. Apesar de se reconhecer que devem ter pertencido a um edificio, que ali não existe já, acaso religioso, não encontrei d'êle tradição nos moradores do casal; muito menos qualquer lápide alusiva.

Mas, lendo-se as Memórias Paroquiais (ms. da Torre do Tombo), ordenadas em 1758, no depoimento referente à freguesia da Ameixoeira, encontra-se a noticia de que no sítio do «Senhor Roubado», na estrada de Odivelas, existia ainda a esse tempo uma barraca, que servia de ermida e substitua outra, que se erguera do lado fronteiro da mesma estrada (já freguesia do Lumiar) e o terramoto de 1755 tinha arruinado. É provável que os capitéis a que me refiro e que parecem anteriores ao século de 700, tenham vindo dessas ruínas, que ficavam perto¹.

*

Isto, porém, é tudo de datas relativamente recentes; falta o meio romano, o ambiente pagão, que é necessário para explicar a presença da ara e dar a solução verosímil do problema, enunciado na anterior nota. É o que tentarei expor.

Suposto que este monumento não tenha sido transportado de longe (o que seria menos aceitável), passada a ponte da Póvoa, já vão encontrar-se claros vestígios da colonização romana. No sopé de um cabeço de suave declive, que se eleva à esquerda e em cujo cimo se aglomera um casal, que é conhecido pela denominação de «Figo Passado», corre uma regueira funda; examinando-se os estratos inferiores do terreno, descobrem-se fragmentos cerâmicos de origem romana; telhas planas de rebordos e semicilíndricas, tijolos e olaria doméstica; percorrendo-se as terras lavradas, que o supradito casal domina, encontram-se, esparsos pelo solo, destroços da mesma natureza².

¹ Ainda hoje serve de pedestal a um candeeiro da ex-iluminação pública próximo da aludida ponte de Odivelas, uma pedra lavrada, cuja procedência pode ser a mesma.

² Devo dizer que estes depósitos já eram conhecidos do meu amigo dr. Joaquim M. Fontes, que me acompanhou em uma das excursões. Não os descobri eu, pois.



Para novamente aparecerem indícios da ocupação romana, é preciso passar a outra iminência mais elevada, que fica a sudoeste do «Casal do Figo Passado» e descer o seu pendor na direcção do «Casal de Pópes». Muito próximo deste ponto, há umas ruínas, a que chamam as «Casas Velhas», onde são visíveis os alicerces de uma construção rectangular, dividida em três compartimentos consecutivos, com 24^m por 8^m de lado, à qual se encostava outra de 22^m por 4^m,70. Não reputei romano o edificio, conquanto ficasse indeciso quanto à sua antiguidade; mas o que é significativo é que, nos seus destroços, recolhi objectos de grande antiguidade; por exemplo: um martelo de quartzite, largo e deprimido, contundido nos polos; parte de uma pia ou triturador muito tósco, de grés (lá o deixei), rocha que existe no subsolo do mesmo lugar; um pedaço de pavimento romano de formigão («opus signinum») e um fragmento do colo de uma ânfora¹.

Conclui-se destas observações inelutavelmente que, no período romano, se estabeleceram nestes sítios explorações agrícolas, ou casas de campo, («*villae rusticae*» e «*pseudo-urbanae*»), de que os hodiernos casais, joeirados a esmo pelas cumiadas e encostas dos cabeços, são miseráveis e inconscientes representantes.

Ora aqui estão os achados que documentam o ambiente romano, com que plausivelmente se relaciona e justifica a presença da ara romana da ponte da Póvoa.

*

Perdõem-me alguns leitores, se não lhes subministro arqueologia cerrada; as revistas da especialidade é que demandam êsse rigorismo profissional; quanto ao autor destas apostilas, a arte, o pitoresco, a paisagem sempre o encantaram nas suas excursões de inquérito arqueológico. Assim foi que ao regressar, quasi meditando, do sítio das «Casas Velhas» ao «Casal de Pópes»², que me ficava em frente, no alto, tive a sensação de um quadrinho bucólico, capaz de tentar um aquarelista delicado. O sol quasi desaparecia no poente e iluminava ainda de aloirado fogo o casal, em cuja direcção eu ia subindo. Uma latada, desmantelada e denegrida, que alpendrava a

¹ Também nos mencionaram o achado de uma «pedra de raio» (utensilio da época neolítica), que se perdeu.

² Informou-me o sr. dr. Joaquim M. Fontes que, perto dêstes sítios, possuía uma quinta um ministro estrangeiro, acreditado em Portugal, de nome «Pope». Não levei mais longe a averiguação.

porta da habitação, tinha em viva braza as raras folhas outonais da cepa, que se lhe prendia. Junto do galinheiro tósco, surgira uma mulher trajada de luto. Recolhiam à arribana do casal as vacas pachorrentas, que um rapagão amorosamente impedia de se desviarem para as sementeiras. O fundo, em que se recortava a orla dêste limitado trecho de paisagem, era o céu já a grisalhar o seu azul e, sobre êle, duas ou três oliveiras descarnadas estampavam-se crualemente. Quantos momentos de arte desperdiça quem não sabe manejar um pincel!

*

Os achados, de que eu acabo de fazer menção, e que, em todo o caso, não andavam divulgados, são demasiadamente modestos e a ara da Ponte da Póvoa pode fazer presumir edificios de maior vulto. Para memórias de mais importante significado, teríamos de subir até à sede da freguesia, mas aqui mesmo nada existe do que lá campeou na grande época lusitano-romana.

O 1.º volume do «Dicionário Geográfico» do padre Luís Cardoso (Lisboa, 1747) dá conta de uma inscrição funerária que foi interpretada e publicada pelo sábio E. Hübner, embora equivocadamente atribuída ao aro de Leiria. Não a reedito, por ser desnecessário.

A respectiva lápide appareceu em 1720 na «Várzea» da Ameixoeira, junto da azinhaga, que vai para a «Tôrre» do Lumiar, segundo o que narrou um pristino antepassado da hodierna imprensa, a «Gazeta de Lisboa», de 22 de Fevereiro do mesmo ano. E em 1719 fôra descoberto, na mesma várzea, um subterrâneo com ossos humanos, donde se inferiu, algo apressadamente, que naqueles campos se dera uma batalha com as legiões romanas. Acrescenta o zeloso corógrafo que, da parte do nascente desta várzea, houvera uma capela de Santa Susana, de que, porém, já não restava vestígio e o facto é que as Memórias Paroquiais de 1758 já não falam dela.

*

Estas indicações convidavam-me a uma digressão à Ameixoeira, porque a lápide podia existir ainda ou podiam ter ressurgido mais indícios da ocupação romana. Quem testeficasse a tradição do nome de Santa Susana, encontrei eu ainda e, mais do que isso, quem me guiasse ao local aproximado da aludida ermida na azinhaga, onde apparecera a lápide romana e que é a mesma a que se refere a «Gazeta de Lisboa». O velho caseiro de umas terras situadas à margem dêsse caminho indicou-me o sítio preciso, onde de facto constava ter

havido uma ermida, acrescentando que o seu antecessor também encontrara soterrada, ao pôr bacêlo, uma pedra, que logo se atribuiu ao altar da capela desaparecida; o que apenas me demonstra o seu provável carácter antigo, mas dela não farei rasto.

Nas ruas da povoação, que era, no dizer do pároco depoente de 1758, «lugar de nobres e antigas famílias», e em çujas moradias se cimentam alguns painéis ou registos de azulejo, descobri um letreiro que me deixou perplexo. «Rua da cidade»... Êste toponímico pode ser tradicional e significativo; quem pesquisa antiguidades por essas lombas dos outeiros de Portugal, não despreza o tópicico «cidade» ou «cidade», quando o encontra localizado em um ponto. Ê, porém, uma indicação tam arcaica que, sem maior inquêrito, hesito em dar-lhe o mesmo valor na Ameixoeira, região de populações assás fluctuantes. Para ilustrar o leitor, bastar-me há dizer que, nos sítios assim apelidados, surgem do solo, em maior ou menor abundância, fragmentos cerâmicos indicativos da ocupação pre e post-romana ou proto-mediévica.

O espírito, de quem me lê, relacionará estas informações e concluirá que paira sôbre estes sítios uma atmosfera de antiguidade, que mereceria adensar-se em notícias mais concretas, levando mais longe pesquisas e inquêritos, infelizmente fora do alcance de modestos trabalhadores.

A ara da Ponte da Póvoa é uma das peças remanescentes da malbaratada herança, que a civilização romana deixou nas cercanias de Lisboa e em particular no aro da actual freguesia da Ameixoeira.

*

Recordou-me o dr. Vergílio Correia, meu consócio do Carmo, que Gabriel Pereira escrevera na sua brochura «Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa» (Lx.^a 1910) algumas palavras sôbre a ara da Ponte da Póvoa. O saúdoso arqueólogo localiza efectivamente a sua pedra na estrada da Póvoa; sem embargo, reconheço que não pode haver dúvida de que se trata do mesmo monumento, pois que, em 1905, data da nota de G. Pereira, já a ara estava arrumada à casa do vaqueiro, há muito tempo. Quanto a mim, não sei dizer com precisão o ano em que a enxerguei naquele mesmo sítio; apenas posso verificar que não foi antes de 1902. As dezóito linhas, que G. Pereira consagra à descrição da pedra, adaptam-se completamente à figura inédita de que acompanhei a nota última e que esbocei à vista do original.

Gabriel Pereira fecha a sua breve notícia com este desabafo: «Como esta pedra lavrada atravessou intacta tantos séculos neste país de estragados!» Já era tempo de a salvar de possíveis vandalismos.

F. ALVES PEREIRA.

Numismatica

Se ha moedas de Miranda do Douro

Corre entre os numismaticos como ponto assente que D. Fernando I cunhou moedas em Miranda do Douro. Tal convicção resulta de duas provas: 1) de isso constar dos capitulos 28 e 52 da edição da *Chronica de D. Fernando* por Fernão Lopes; 2) de haver moedas do mesmo rei em que as marcas da casa da moeda são M e MI, que se tem por iniciais de *Miranda*. A 2.^a prova é insufficiente, porque podiam as moedas ser cunhadas (e foram) noutra localidade cujo nome começasse por aquelas letras. Quanto á 1.^a, vejamos o texto com atenção maior do que a que se lhe tem dado.

Depois de no capitulo 25 se ler que por morte de D. Pedro de Castela algumas cidades e vilas d'esse reino tomaram voz por D. Fernando e não por D. Henrique, tais como Çamora, Valença d'Alcantara, Tuy, Crunha, Milmanda, e outras, lê-se no capitulo 28 que D. Fernando, para afirmar a sua autoridade real nas novas terras, não só, quando escrevia á cidade de Çamora, se intitulava *rei de Çamora*, e dera grandes privilegios a Ourense e Santiago, mas mandára cunhar moeda «em alguns dos logares que sua voz tomaram, assi como¹ em Çamora e na Crunha, e em Tuy, e em Vallença², e em Miramda, e pose em ellas seus tesoueiros e officiaes, etc.»

É evidente que *Miranda* ficaria em Castela, nas vizinhanças de Portugal. Logo, não é Miranda do Douro. Como é que, cunhando D. Fernando moedas em Miranda do Douro, afirmava os direitos que supunha ter á coroa de Castela? A palavra *Miranda* está errada, e não pôde ser senão *Milmanda*, pois a povoação em que as moedas se cunharam ha de corresponder a uma das que tomaram voz pelo nosso rei³, e só *Milmanda* explica que um copista do manuscrito da *Cronica* se equivocasse, interpretando por esse nome outro de som

¹ Isto é: «a saber», «tal como».

² Entenda-se: d'Alcantara. Já ha muito que o meu prezado amigo, o S.^{or} D.^{or} M. Francisco de Vargas, illustre colaborador do *Archeologo*, pensa tambem, segundo me diz, que esta Valença (= *Valencia*) é a de Alcantara.

³ E' por isso que excluo as várias e insignificantes *Mirandas* da Galiza.